

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	28
10.8 - Plano de Negócios	29
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

Cabe destacar que a investida VALE entende que uma efetiva gestão de riscos é fundamental para suportar o atingimento dos seus objetivos e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da VALE, e a continuidade dos seus negócios. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

As diretrizes e orientações para a estratégia de gestão do risco corporativo estão estabelecidas na Política de Gestão de Risco da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração originalmente em 22 de dezembro de 2005 e alterada em 25 de agosto de 2011 e em 27 de setembro de 2018.

- b) *os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

Sua investida VALE

A Política de Gestão de Riscos da VALE, que estabelece as diretrizes e orientações para a gestão integrada global dos riscos aos quais a VALE está exposta, fundamenta-se nos seguintes princípios e diretrizes: (i) apoiar o planejamento estratégico, o orçamento e a sustentabilidade dos negócios do Sistema Vale; (ii) fortalecer a estrutura de capital e a gestão de ativos do Sistema VALE; (iii) fortalecer as práticas de governança da VALE, baseadas no conceito de linhas de defesa; (iv) gerir os riscos considerando os conceitos de normas internacionais, como, a ISO 31000 e o COSO-ERM; (v) mensurar e monitorar os riscos do Sistema VALE de forma consolidada, considerando se os efeitos da diversificação, quando aplicável, de seu conjunto de negócios; (vi) avaliar o impacto de novos investimentos, aquisições e desinvestimentos no mapa e na abordagem de riscos do Sistema Vale; (vii) adaptar a abordagem de risco do Sistema Vale às necessidades de seu plano de crescimento, do seu planejamento estratégico e da continuidade dos seus negócios.

i. os riscos para os quais se busca proteção:

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

- c) *a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A BRADESPAR não possui estrutura operacional de controle de controles internos.

Sua investida VALE

Em alinhamento com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, a VALE possui uma Gerência Executiva de Controles Internos, Risco e Compliance que avalia o ambiente de controles no nível da entidade a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia. O foco desta avaliação visa fornecer segurança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Auditoria Interna também participa no processo de compliance com as normas estabelecidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

Cabe destacar que a investida VALE tem a Política de Gestão de Risco Corporativo, aprovada pelo Conselho de Administração originalmente em 22 de dezembro de 2005, alterada em 25 de agosto de 2011 e revisada em 27 de setembro de 2018, passando a se chamar Política de Gestão de Riscos, estabelece diretrizes que se aplicam à gestão do conjunto dos riscos corporativos aos quais as entidades do Sistema Vale estão expostas, e não especificamente somente aos riscos de mercado.

- b) *objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:***

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

- c) *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:*

Não ocorreram eventuais imperfeições, e, conseqüentemente, não houve necessidade de providências a serem tomadas, na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do emissor, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) *as estruturas organizacionais envolvidas:*

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

c) *se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:*

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

d) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:*

Considerando nossos conhecimentos e os trabalhos realizados pelo auditor independente que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações contábeis da BRADESPAR, não há deficiências ou recomendações sobre os controles internos no relatório do auditor independente que pudessem afetar de maneira significativa as nossas demonstrações contábeis.

e) *comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:*

Uma vez que não existem deficiências ou recomendações no relatório do auditor independente, não existem comentários dos diretores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) ***se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:***
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A BRADESPAR dispõe de um Código de Conduta Ética. Este instrumento estabelece as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Companhia.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e**

Em 2012, o Código de Conduta Ética da BRADESPAR S.A. foi aprovado pelo Conselho de Administração, onde os principais valores e princípios éticos foram considerados na elaboração do Código e estão divididos em pilares de Integridade, Equidade, Compromisso com a Informação, dentre outros.

Cabe ao Conselho de Administração determinar as diretrizes sobre o assunto, como também apoiar o Programa de Integridade para que tenha a sua efetiva aplicação em toda a Organização, tendo por base os valores e princípios estabelecidos no Código.

Aplica-se a todos os administradores, funcionários, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da BRADESPAR e suas sociedades controladoras e controladas, direta ou indiretamente.

O documento está publicado no site da BRADESPAR (www.bradespar.com.br).

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Sim, é aplicável.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

O Código de Conduta Ética está disponível para consulta na IntraNet Corporativa e no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos (<https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>). Ações de endomarketing são empreendidas para toda a Organização, disseminando a cultura ética por meio do próprio Código.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Violações ao Código de Conduta Ética, às políticas e normas da BRADESPAR estão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2.8.2012.

O código é divulgado no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos (<https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Denúncias e manifestações por parte de colaboradores ou de terceiros que tenham conhecimento de violações ao Código de Conduta Ética, as Políticas e Normas da BRADESPAR, bem como quaisquer informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a BRADESPAR e empresas controladoras e controladas, podem ser feitas ao superior imediato, à respectiva diretoria, ou ainda por intermédio do e-mail Bradespar@bradespar.com, no site www.bradespar.com.br – Atendimento – Fale com RI.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Nos processos de fusões, aquisições, alienações e parcerias, é necessária prévia diligência, voltada especificamente para anticorrupção, visando a identificar passivos ou atividades que possam trazer riscos oriundos de atos de corrupção e de suborno, como também, prever cláusulas contratuais específicas ao negócio que resguardem a Companhia.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

Item não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Com relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a BRADESPAR está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A BRADESPAR não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos em sua investida, a VALE, a qual tem seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco, para atender a dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

A economia brasileira tem apresentado sinais de retomada gradual, em um ambiente de volatilidade na economia mundial. Fatores como a recuperação da confiança dos agentes e o avanço na agenda de reformas deverão contribuir positivamente para esse processo, em um contexto de inflação e juros em níveis reduzidos e de perspectivas favoráveis para os investimentos produtivos.

Em 2018, a BRADESPAR destacou-se pela redução vigorosa do seu nível de endividamento, com a utilização de recursos oriundos da venda de ações da Vale S.A., que compunham seu ativo. A operação possibilitou a reestruturação do seu passivo, com o resgate antecipado total da sua Terceira Emissão de Notas Promissórias, bem como a amortização antecipada parcial da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples.

Viabilizou, também, a liquidez necessária para remuneração aos seus acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, com pagamento de R\$ 217,0 milhões, em janeiro de 2019. Além disso, será submetida à Assembleia Geral Ordinária proposta de remuneração adicional de R\$ 200,4 milhões, composta por R\$ 157,2 milhões sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 43,2 milhões como Dividendos, a serem pagos em maio de 2019, totalizando R\$ 417,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, sua carteira de investimentos era composta pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; e (ii) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. A receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2,76 bilhões, composta por R\$ 1,52 bilhão de equivalência patrimonial da VALE e R\$ 1,24 bilhão referente à venda de 39.058.000 ações da VALE.

Variações no resultado da VALE poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Sobre a investida VALE:

A VALE, empresa privada brasileira presente em cerca de 30 países, é uma das maiores mineradoras do mundo e lidera a produção global de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. A empresa também produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações de mineração.

Em 25 de janeiro do ano corrente ocorreu o rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão, situada na cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

A barragem foi construída no ano de 1976, pela Ferteco Mineração, empresa adquirida pela VALE em 27 de abril de 2001, pelo método de alteamento a montante e tinha como finalidade a disposição de rejeitos provenientes da produção da Mina. Destaca-se que a barragem estava inativa, sem nenhum tipo de atividade operacional em andamento e encontrava-se em desenvolvimento projeto para o seu descomissionamento.

Note-se ainda que a Barragem I possuía declarações de condição de estabilidade emitidas por renomada empresa internacional especializada em Geotecnia, as últimas emitidas em 13 de junho e em 26 de setembro de 2018, referentes aos processos de revisão periódica de Segurança de Barragens e Inspeção Regular de Segurança de Barragens, ambas atestando a sua segurança física e hidráulica.

A VALE lamentou profundamente o acidente e está empenhando todos os esforços materiais e humanos, sem limites, no apoio aos atingidos, próprios e terceiros, e das comunidades locais. O Conselho de Administração da Companhia, deliberou as seguintes medidas de governança:

Com fundamento no Art. 15, parágrafo 1º do Estatuto Social, constituiu três Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário ao Conselho de Administração, coordenados e compostos exclusivamente por membros externos, independentes, de reputação ilibada e com experiência nos temas de que se ocupam:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- O primeiro Comitê Independente dedicado ao acompanhamento das providências destinadas à assistência às vítimas e à recuperação da área atingida pelo rompimento da barragem, de modo a assegurar que haja efetiva compensação dos danos materiais, morais e ambientais verificados;

- O segundo Comitê Independente dedicado à apuração das causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem; e

- O terceiro Comitê dedicado ao assessoramento em questões relacionadas ao diagnóstico das condições de segurança, gestão e mitigação dos riscos relacionados às barragens da VALE, bem como medidas a serem tomadas para reforçar as condições de segurança dessas construções.

Por fim, a VALE apresentou às autoridades brasileiras plano para descomissionar todas as suas barragens construídas pelo método de alteamento a montante. A VALE possui 10 barragens construídas por esse método, todas inativas atualmente.

Destaques nos resultados da VALE de 2018

Os principais destaques do desempenho, foram:

- EBITDA ajustado de R\$ 61,7 bilhões, 26,0% superior ao mesmo período do ano anterior;
- Lucro líquido de R\$ 25,7 bilhões; e
- Os investimentos permaneceram em linha com o ano anterior, totalizando US\$ 3,8 bilhões, sendo compostos por US\$ 901,0 milhões em execuções de projetos e US\$ 2,9 bilhões na manutenção das operações.

Cenário Econômico e Resultados da BRADESCAR

2018

Em 2018, o real teve uma desvalorização de 17,1% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 7,00% em dezembro de 2017 para 6,50% em dezembro de 2018.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESCAR (Consolidado), no ano de 2018:

- receita operacional bruta de R\$ 2,76 bilhões;
- resultado do exercício R\$ 1,19 bilhões;
- patrimônio líquido de R\$ 10,0 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 18,3% sobre o patrimônio líquido médio (*); e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 9,8 bilhões.

(*) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESCAR, em 31 de dezembro de 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ milhões		
	Valor Contábil	Valor de Mercado
VALE ⁽¹⁾	9.844,7	14.989,3

(1) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 28 de dezembro de 2018, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

2017

Em 2017, o real teve uma desvalorização de 1,5% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 30 de dezembro de 2017 comparado com R\$ 3,2591 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 13,75% em dezembro de 2016 para 7,00% em dezembro de 2017.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), no ano de 2017:

- receita operacional bruta de R\$ 2,73 bilhões;
- resultado do exercício R\$ 2,33 bilhões;
- patrimônio líquido de R\$ 8,8 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 43,8% sobre o patrimônio líquido médio (*); e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 9,4 bilhões.

(*) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESPAR, em 31 de dezembro de 2017:

R\$ milhões		
	Valor Contábil	Valor de Mercado
VALE ⁽¹⁾	9.391,0	13.405,2

(1) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 28 de dezembro de 2017, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

2016

Em 2016, o real teve uma valorização de 16,5% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,2591 por US\$ 1,00 em 30 de dezembro de 2016 comparado com R\$ 3,9048 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 14,25% em dezembro de 2015 para 13,75% em dezembro de 2016.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), no ano de 2016:

- receita operacional bruta de R\$ 805,9 milhões;
- resultado do exercício R\$ 629,3 milhões;
- patrimônio líquido de R\$ 7,9 bilhões;
- rentabilidade anualizada de 8,7% sobre o patrimônio líquido médio (*); e
- valor contábil dos investimentos de R\$ 8,3 bilhões.

(*) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do principal investimento detido pela BRADESPAR, em 31 de dezembro de 2016:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ milhões		
	Valor Contábil	Valor de Mercado
VALEPAR / VALE ⁽¹⁾	8.275,0	7.770,9

(1) O valor de mercado da VALEPAR / VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), no dia 31 de dezembro de 2016, multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia.

b) Estrutura de capital:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Estrutura de Capital	Quantidade de Ações		
	Dez18	Dez17	Dez16
ON	122.171.449	122.523.049	122.523.049
PN	225.862.596	227.024.896	227.024.896
Total Integralizado	348.034.045	349.547.945	349.547.945
Ações em Tesouraria (ON)	-	(351.600)	(351.600)
Ações em Tesouraria (PN)	-	(1.162.300)	(1.162.300)
Total em Circulação	348.034.045	348.034.045	348.034.045

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações de emissão da BRADESPAR mantidas em tesouraria, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 1.513.900 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 351.600 ordinárias e 1.162.300 preferencias, sem redução no capital social.

Em reunião do Conselho de Administração de 13 de agosto de 2018, deliberou-se implementar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2018, não foram adquiridas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 348.034.045 ações, sendo 122.171.449 ações ordinárias e 225.862.596 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os ativos da BRADESPAR foram fundamentalmente financiados por meio de capital próprio conforme o quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	R\$ milhões					
	Dez18	% em relação ao passivo total	Dez17	% em relação ao passivo total	Dez16	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido dos acionistas Controladores	9.960	93,7%	8.806	77,8%	7.911	77,0%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	674	6,3%	2.517	22,2%	2.366	23,0%
Passivo Total	10.634	100,0%	11.323	100,0%	10.277	100,0%

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos para complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos, a serem avaliados e contratados pela Companhia, alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida mencionados na alínea "f" abaixo e acredita que continuará a honrar tais compromissos sem que tal fato implique em qualquer impacto negativo relevante em seus negócios ou performance financeira.

Para melhor entendimento da capacidade de pagamento da Emissora em relação aos seus compromissos financeiros assumidos, informamos a seguir o seu índice de liquidez geral.

Indicador de Liquidez

Indicador	2018	2017	2016
Liquidez Geral	1,2	0,8	0,8

Em 2018, o índice de Liquidez Geral apresentou um aumento, devido a amortização de debêntures. Nos anos de 2017 e 2016 manteve-se estável. O índice é obtido através do somatório do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, dividido pelo somatório dos Passivos Circulantes e Não Circulantes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**As principais fontes de recursos da Companhia são:**

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2018, por: (i) recebimento de R\$ 684,6 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,24 bilhão referentes a venda de 39.058.000 ações da VALE;
- em 2017, por: (i) recebimento de R\$ 206,4 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,41 bilhão referentes a venda das 53.464.240 ações da CPFL; e
- em 2016, por: (i) recebimento de R\$ 37,4 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE; e (ii) recebimento de R\$ 22,4 milhões referentes a dividendos da CPFL.

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados:

- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures da Sétima Emissão Pública no valor total de R\$ 700,0 milhões, os quais foram utilizados para a quitação das obrigações relativas às Debêntures da Sexta Emissão Pública; e pela captação de recursos por meio da emissão de Notas Promissórias da Terceira Emissão Pública no valor total de R\$ 2,4 bilhões, os quais foram utilizados para cumprir com as obrigações existentes na Companhia; e
- durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes citadas no item 10.1 “d” que foram utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas em eventual deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Instrumento	Saldo (R\$ milhões)			Custo	Pagamento	Vencimento	Obrigações Principais (R\$ milhões)
	2018	2017	2016				
Debêntures da Sexta Emissão ⁽¹⁾	-	1.711,8	1.548,2	105,5% da variação do CDI	No vencimento	Julho de 2018	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000,000
Debêntures da Sétima Emissão ⁽²⁾	209,9	-	-	103,95% da variação do CDI	No vencimento	Junho de 2021	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000,000
Notas Promissórias da Terceira Emissão ⁽³⁾	-	-	-	103,5% da variação do CDI	No vencimento	Agosto de 2019	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000,000
Dívida Bruta	209,9	1.711,8	1.548,2	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽⁴⁾	459,8	1.671,7	439,1	-	-	-	-
Dívida Líquida	(249,9)	40,1	1.109,1	-	-	-	-

(1) Emitidas em 6 de julho de 2015 e liquidadas em 6 de julho de 2018;

(2) Em 28 de junho de 2018 foram emitidas R\$ 700,0 milhões e em 27 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$512,7 milhões;

(3) Emitidas em 13 de agosto de 2018 e liquidadas em 19 de dezembro de 2018; e

(4) Em 2017, o aumento de R\$ 1.233 milhões refere-se a aplicações em fundos, mediante recurso recebido da venda de ações da CPFL.

Em 13 de agosto de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Terceira Emissão Pública de Notas Promissórias em série única, sendo 24 Notas no valor unitário de R\$ 100 milhões totalizando R\$ 2,4 bilhões com vencimento em 13 de agosto de 2019.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e serão pagos junto com o principal.

Em 19 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou o resgate total das Notas Promissórias da Terceira Emissão no montante de R\$ 2,458 bilhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Sétima Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 70.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 700 milhões com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,95% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2018, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Sexta Emissão no montante de R\$ 665,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 2017 e 2016 não houve emissão de dívida.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou sua Sexta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 126.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1,260 bilhão com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Quinta Emissão no montante de R\$ 1,240 bilhão.

Em 2014 não houve emissão de dívida.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 100.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1 bilhão com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,3% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 610,8 milhões e da Quarta Emissão de Debêntures no montante de R\$ 376,2 milhões.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Adicionalmente, considerando a totalidade das obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia e o respectivo grau de subordinação entre elas, informamos que: (i) as obrigações de natureza fiscais e legais correspondiam em 2018 a 7,4%, 2017 a 2,2% e em 2016 a 25,2%; (ii) as obrigações de natureza quirografária (debêntures e notas promissórias) correspondiam em 2018 a 31,1%, em 2017 a 68,0% e em 2016 a 65,4%; (iii) os outros créditos, representados, essencialmente, pelos dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar, correspondiam em 2018 a 61,5%, em 2017 a 29,8%, e em 2016 a 9,4%.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas da Vale S.A., firmado em 14 de agosto de 2017, as 216.213.175 Ações da VALE estão sujeitas à restrição de negociação até novembro de 2020.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial - Consolidado										
R\$ mil	Dez18	Dez17	Dez16	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez18	Dez17	Dez16	Dez18xDez17		Dez17xDez16	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Ativo Circulante	564.861	1.790.505	1.809.333	5,3	15,8	17,6	(1.225.644)	(68,5)	(18.828)	(1,0)
Caixa e Equivalentes de Caixa	459.811	1.671.661	439.060	4,3	14,8	4,3	(1.211.850)	(72,5)	1.232.601	280,7
Aplicações Financeiras	-	-	1.353.180	-	-	13,2	-	-	(1.353.180)	-
Outros Valores a Receber	105.050	118.844	17.093	1,0	1,0	0,2	(13.794)	(11,6)	101.751	-
Ativo Não Circulante	10.069.475	9.532.010	8.467.684	94,7	84,2	82,4	537.465	5,6	1.064.326	12,6
Ativo Realizável a Longo Prazo	224.769	141.015	192.639	2,1	1,2	1,9	83.754	59,4	(51.624)	(26,8)
Tributos a Compensar ou a Recuperar	217.265	133.832	185.971	2,0	1,2	1,8	83.433	62,3	(52.139)	(28,0)
Depósitos Judiciais	7.504	7.183	6.668	0,1	0,1	0,1	321	4,5	515	7,7
Investimentos	9.844.701	9.390.988	8.275.036	92,6	82,9	80,5	453.713	4,8	1.115.952	13,5
Imobilizado	5	7	9	-	-	-	(2)	(28,6)	(2)	(22,2)
Total	10.634.336	11.322.515	10.277.017	100,0	100,0	100,0	(688.179)	(6,1)	1.045.498	10,2
Passivo										
Passivo Circulante	457.966	2.476.434	779.383	4,3	21,9	7,6	(2.018.468)	(81,5)	1.697.051	217,7
Impostos e Contribuições a Recolher	43.157	13.821	558.866	0,4	0,1	5,4	29.336	212,3	(545.045)	(97,5)
Dividendos e JCP a Pagar	387.966	723.404	193.631	3,6	6,4	1,9	(335.438)	(46,4)	529.773	273,6
Debêntures	-	1.711.854	-	-	15,1	-	(1.711.854)	-	1.711.854	-
Outras Obrigações	26.843	27.355	26.886	0,3	0,2	0,3	(512)	(1,9)	469	1,7
Passivo Não Circulante	216.526	40.073	1.586.721	2,0	0,4	15,4	176.453	440,3	(1.546.648)	(97,5)
Debêntures	209.861	-	1.548.238	2,0	-	15,1	209.861	-	(1.548.238)	-
Provisões e Obrigações Legais	6.665	40.073	38.483	0,1	0,4	0,4	(33.408)	(83,4)	1.590	4,1
Patrimônio Líquido Consolidado	9.959.844	8.806.008	7.910.913	93,7	77,8	77,0	1.153.836	13,1	895.095	11,3
Capital Social Realizado	4.100.000	4.100.000	4.100.000	38,6	36,2	39,9	-	-	-	-
Reserva de Lucros	2.779.080	2.006.029	432.606	26,1	17,7	4,2	773.051	38,5	1.573.423	363,7
Reserva Legal	227.610	168.086	51.667	2,1	1,5	0,5	59.524	35,4	1.116.419	225,3
Reserva Estatutária	2.551.470	1.858.253	401.249	24,0	16,4	3,9	693.217	37,3	1.457.004	363,1
Ações em Tesouraria	-	(20.310)	(20.310)	-	(0,2)	(0,2)	20.310	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.080.764	2.699.979	3.378.307	29,0	23,8	32,9	380.785	14,1	(678.328)	(20,1)
Total	10.634.336	11.322.515	10.277.017	100,0	100,0	100,0	(688.179)	(6,1)	1.045.498	10,2

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto de aplicações de fundos de investimentos e disponibilidade de recursos em moeda nacional. Destacamos que, em 2017, houve o aumento de R\$ 1.233 milhões referente às aplicações em fundos de renda fixa, mediante ao recurso recebido na venda de ações da CPFL.

Outros Valores a Receber:

Em 2018, os valores a receber no montante de R\$ 105.050 mil, referem-se a alienação de ações da VALE.

Em 2017, os valores a receber no montante de R\$ 118.844 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Em 2016, os valores a receber, no montante de R\$ 17.093 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio a receber da VALEPAR e Dividendos da CPFL.

Títulos Disponíveis para Venda

Em 2018, não possui montante nesta categoria.

Em 2017, as Ações da CPFL foram negociadas na B3 no pregão de 30 de novembro e adquiridas pela State Grid Brazil.

Em 31 de dezembro 2016, a BRADESPAR detinha indiretamente 53.464.240 ações da CPFL, com valor de mercado de R\$ 1.353,2 milhões, 70,9% superior à mesma data do ano anterior. A cotação da ação da CPFL em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 25,21.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, na maior parte, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE.

As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Quantidade de Ações Detidas (em mil)	Quantidade de Cotas Detidas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total do Investimentos - R\$ milhões		
	ON			31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
ANTARES	-	-	-	-	-	1.342
MILLENIUM ⁽¹⁾	-	-	100,00	1	1	-
VALE ^{(2) (3) (4)}	293.907	-	5,56	9.845	9.391	-
VALEPAR ^{(3) (4)}	-	-	-	-	-	8.275
Total	-	-	-	9.846	9.392	9.617

(1) Investimento oriundo na incorporação da Antares pela Millenium em abril de 2017;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2018, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR;

(3) Empresa incorporada em agosto de 2017; e

(4) Investimento com influência significativa, garantida por Acordo de Acionistas.

Debêntures a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo atualizado correspondia a R\$ 209,9 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debentures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 700,0 milhões, com vencimento em 28 de junho de 2021. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Os recursos, obtidos por meio da emissão das debêntures, foram destinados para a quitação integral relativas às debêntures da 6ª (sexta) emissão, cujo vencimento ocorreu em 6 de julho de 2018.

Em 2017 e 2016, a BRADESPAR não efetuou emissão pública de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo correspondia a R\$ 1.711,9 milhões e em 31 de dezembro de 2016 a R\$ 1.548,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado**

Demonstração do Resultado Consolidado										
Em R\$ mil										
				Análise Vertical %			Análise Horizontal			
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018x2017		2017x2016	
							R\$	%	R\$	%
Resultado na Venda de Ações do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	1.407.280	-	-	51,5	-	(1.407.280)	-	1.407.280	-
Resultado na Alienação de Investimentos	1.239.532	-	-	44,4	-	-	1.239.532	-	-	-
Equivalência Patrimonial	1.520.308	1.324.741	783.504	54,4	48,5	97,2	195.567	14,8	541.237	69,1
Outras Receitas Operacionais	34.405	-	-	1,2	-	-	34.405	-	-	-
Dividendos de Investimentos	-	-	22.438	-	-	2,8	-	-	(22.438)	-
Receita Operacional	2.794.245	2.732.021	805.942	100,0	100,0	100,0	62.224	2,3	1.926.079	239,0
Despesas Gerais e Administrativas	(20.003)	(13.059)	(10.393)	(0,7)	(0,5)	(1,3)	(6.944)	53,2	(2.666)	25,7
Despesas de Pessoal	(6.327)	(6.102)	(4.774)	(0,2)	(0,2)	(0,6)	(225)	3,7	(1.328)	27,8
Receitas / Despesas Financeiras	(35.565)	(99.167)	(132.006)	(1,3)	(3,6)	(16,4)	63.602	(64,1)	32.839	(24,9)
Despesas Tributárias	(119.450)	(103.069)	(8.895)	(4,3)	(3,8)	(1,1)	(16.381)	15,9	(94.174)	-
Outras Despesas Operacionais	(1.414.210)	-	-	(50,6)	-	-	(1.414.210)	-	-	-
Resultado antes do IR/CS	1.198.690	2.510.624	649.874	42,9	91,9	80,6	(1.311.934)	(52,3)	1.860.750	286,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.194)	(182.249)	(20.551)	(0,3)	(6,7)	(2,5)	174.055	(95,5)	(161.698)	-
Resultado do Exercício	1.190.496	2.328.375	629.323	42,6	85,2	78,1	(1.137.879)	(48,9)	1.699.052	270,0

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial, dividendos e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2018, a Companhia registrou receita operacional de R\$ 2,8 bilhões. Ressalta-se que esse resultado foi impactado pela alienação de 39.058.000 ações da VALE, bem como, em 2017, pela venda de 53.464.240 ações da CPFL Energia. Ainda assim, descontando esses efeitos extraordinários, a receita operacional apresentou crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

Já em 2016, a BRADESPAR apresentou receita operacional de R\$ 805,9 milhões, revertendo receita operacional negativa de R\$ 2,45 bilhões registrada em 2015, retratando a seguinte contribuição das empresas investidas:

- Resultado positivo de R\$ 783,5 milhões referente à equivalência patrimonial da VALEPAR/VALE; e
- Resultado positivo de R\$ 22,4 milhões referente aos dividendos recebidos da CPFL.

Na VALE, o ano que se encerrou foi de importantes realizações, marcado pelo sólido desempenho operacional, pela entrega do projeto S11D, pelo avanço do seu plano de desinvestimentos de ativos considerados *no core*, pela contínua redução de custos e despesas e pelo aumento de sua produtividade.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas são compostas essencialmente por serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da companhia, bem como gastos com editais e publicações em jornais e taxas da B3. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva da companhia está constantemente reavaliando todas as despesas e sempre buscando as melhores alternativas para reduzi-las, com a adoção de medidas que melhorem sua gestão, tais como renegociação de contratos com fornecedores, abertura de concorrência para contratação de escritórios de advocacia e consultorias, buscando constantemente melhores condições de preços e custo benefício, preservando a sua estrutura de capital saudável.

Em 2018, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 26,3 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 20,0 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2018 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2017, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 19,2 milhões, sendo R\$ 6,1 milhões de despesas de pessoal e R\$ 13,1 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2017 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Já em 2016, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 15,2 milhões, sendo R\$ 4,8 milhões de despesas de pessoal e R\$ 10,4 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2016 deveu-se, essencialmente, a despesa com multa moratória sobre a anistia do PIS/Cofins sobre Juros sobre Capital Próprio não recolhido, em agosto de 2014, em razão da suspensão de exigibilidade do débito que vigorava a época.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro, no ano que se encerrou, atingiu valor negativo de R\$ 35,6 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures e notas promissórias da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic).

Em 2017, atingiu valor negativo de R\$ 99,2 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic) no período.

Em 2016, atingiu R\$ 132,0 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que passou, na média, de 13,25% em 2015 para 14,01% em 2016, impactado pela taxa básica de juros (Selic) no período.

Outras Despesas Operacionais

Em 2018, as outras despesas operacionais, refere-se substancialmente, a despesa com o acordo judicial do processo (Elétron) para encerramento dos litígios judiciais, no montante de R\$ 1,4 bilhão.

Resultado do Exercício

Em 2018, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 18,3%.

Já em 2017, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 2,33 bilhões, 270,0% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O retorno sobre o patrimônio líquido médio alcançou 43,8% (não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido).

É relevante lembrar que o resultado de 2017 foi impactado pela alienação de 53.464.240 ações da CPFL Energia, no valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. Ainda assim, descontando esse efeito extraordinário, o resultado antes de IR/CS apresentou crescimento de 69,8% em relação ao ano anterior, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE.

O lucro líquido da BRADESPAR, em 2016, foi de R\$ 629,3 milhões, com a inversão do prejuízo de R\$ 2,6 bilhões reportado em 2015, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***a) Resultados das operações do emissor, em especial:***

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita***
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

Com relação às alterações significativas sobre o resultado operacional, foram comentadas no item 10.1 h.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações da receita da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***a) Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em novembro e dezembro de 2018, a BRADESPAR alienou 39.058.000 ações ordinárias de emissão da VALE obtendo acréscimo na receita operacional de R\$ 1,24 bilhão.

Em 30 de novembro de 2017, com a adesão à Oferta Pública de Aquisição de ações de emissão da CPFL Energia S.A. pela State Grid Brazil, a BRADESPAR, negociou as ações na B3, pelo valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. A BRADESPAR apurou nesta transação um lucro de R\$ 1,41 bilhão. Os tributos a recolher, referente a COFINS e PIS sobre o lucro apurado na venda das ações, no montante de R\$ 65 milhões, foram compensados com tributos a compensar. Os tributos a recolher, referente ao IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado na venda das ações e sobre as atividades operacionais da Companhia, computados a realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, observado o limite de 30% do lucro real do período-base, totalizaram R\$ 333 milhões, foram recolhidos e compensados com tributos a compensar, o montante de R\$ 278 milhões e R\$ 55 milhões, respectivamente.

Em 2016, a BRADESPAR não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da BRADESPAR estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da BRADESPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, em decorrência de alterações em práticas contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

No exercício de 2018, entraram em vigor os requerimentos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente em conformidade com Internacional Financial Reporting Standards (IFRS - 15) e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros em conformidade com Internacional Financial Reporting Standards (IFRS - 9) os novos pronunciamentos não resultam em impacto nas demonstrações contábeis anuais, inclusive por meio de equivalência patrimonial.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2), emitido em janeiro de 2016 em substituição às normas CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil, ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) é mandatório para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

No início de um arrendamento, o arrendatário deverá reconhecer um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo do direito de uso devem ser reconhecidas separadamente.

Foi avaliado o potencial impacto que a aplicação inicial da nova norma terá sobre as Demonstrações Contábeis da BRADESPAR, conforme descrito a seguir. Os impactos efetivos quando da adoção poderão mudar devido a determinadas premissas ainda sujeitas a refinamento, as quais são:

- Uso da taxa de desconto real ou nominal; e
- Exclusão de determinados impostos dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, principalmente relativos a imóveis e infraestruturas em geral. A natureza das despesas relacionadas a tais arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, as quais eram anteriormente reconhecidas como despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que os impactos no balanço patrimonial de abertura em 01 de janeiro de 2019 levariam a registros de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento entre R\$ 984 mil e R\$ 1.241 mil.

Transição

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A BRADESPAR adotará o CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

A nova norma será adotada para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e do ICPC 03.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A apresentação das demonstrações contábeis está de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração adotados pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, os quais requerem que a Administração da Companhia, em alguns casos, faça julgamentos e preparem estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base em novas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas. Essas estimativas, mesmo que revisadas, poderão ser diferentes dos resultados reais futuros da Companhia.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

Classificação e avaliação dos Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões contábeis e passivos contingentes

Nós constituímos provisões contábeis levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outros aspectos: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes da publicação;
- e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.

Impostos sobre os lucros

A avaliação do valor do imposto de renda e da contribuição social é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise dos impostos diferidos ativos e passivos e de impostos a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas que são inerentemente incertas. A realização de ativos fiscais diferidos está sujeita a mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;***
- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*
- b) natureza e o propósito da operação*
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios***a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, foi constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco. Em 31 de dezembro de 2018, o investimento era composto pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte do resultado da equivalência patrimonial, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram divulgadas a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram mencionados nesta seção.